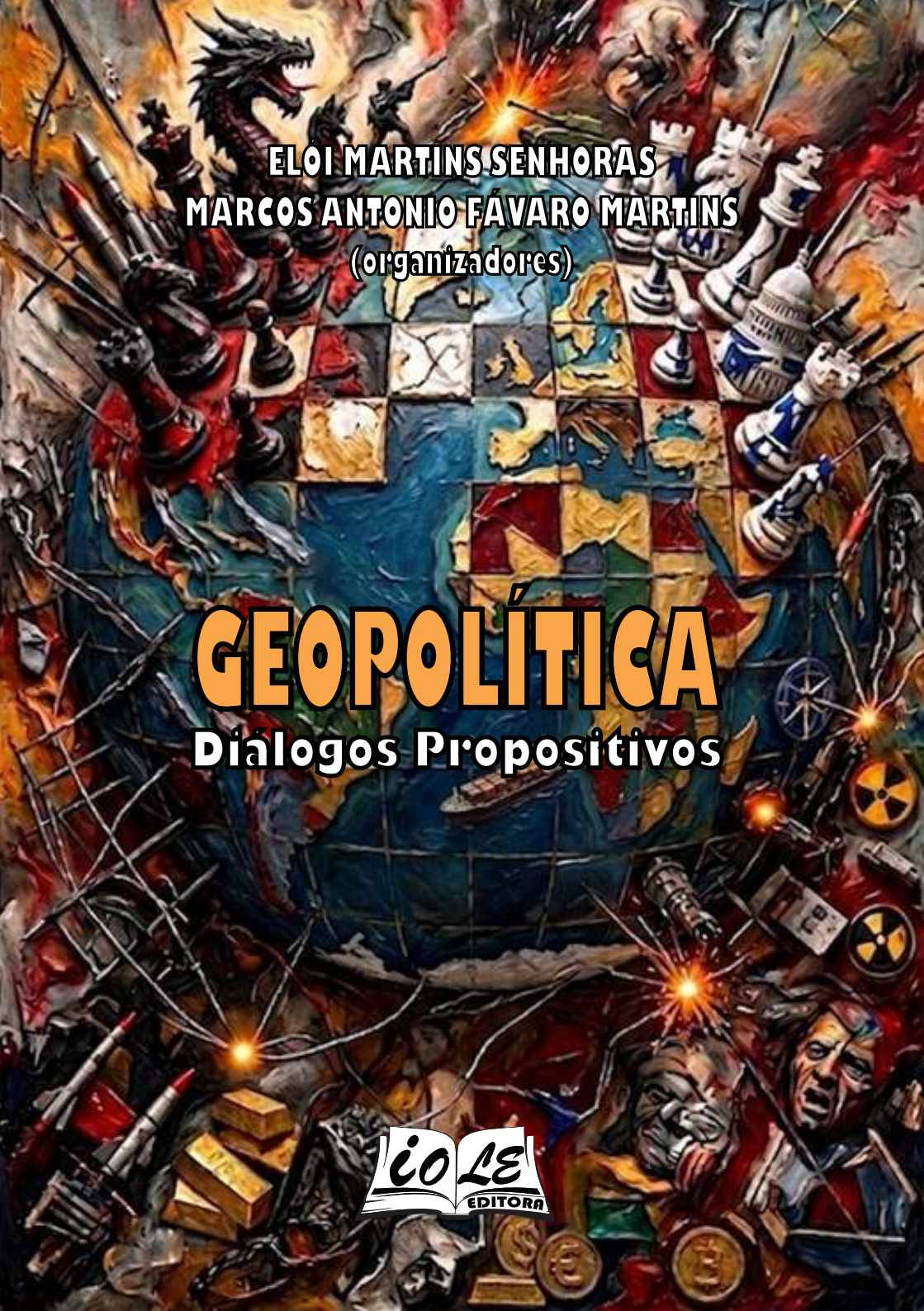
ELOI MARTINS SENHORAS
MARCOS ANTONIO FÁVARO MARTINS
(organizadores)

GEOPOLÍTICA

Diálogos Propositivos



EDITORA

GEOPOLÍTICA

Diálogos Propositivos

GEOPOLÍTICA

Diálogos Propositivos

ELÓI MARTINS SENHORAS
MARCOS ANTONIO FÁVARO MARTINS
(organizadores)

BOA VISTA/RR
2026

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Geane Ribeiro Silva Monteiro

Capa
Alokike Gael Chloe Hounkonnou
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Balbina Líbia de Souza Santos

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Se72 SENHORAS, Elói Martins; MARTINS, Marcos Antonio Fávaro (organizadores).

Geopolítica: Diálogos Propositivos. Boa Vista: Editora IOLE, 2026.

Série: Geografia. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-979656-8-7

1 - Estudos de Caso. 2 - Geografia. 3 - Geopolítica. 4 - Teoria.
I - Título. II - Senhoras, Elói Martins. III - Geografia. IV - Série

CDD–900

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.
O presente livro contou com avaliação às cegas no sistema double-blind-review.



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazer contribuições para o avanço da reflexão e das práxis em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2026

CAPÍTULO 6

A Arte da Evasão: Estratégias e Mecanismos da República Islâmica do Irã para Contornar as Sanções Internacionais

A ARTE DA EVASÃO: ESTRATÉGIAS E MECANISMOS DA REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ PARA CONTORNAR AS SANÇÕES INTERNACIONAIS

Andréia Lopes Beppu[1]

O gatilho inicial para as aplicações de sanções foi a Revolução Islâmica de 1979 e a Crise dos Reféns da Embaixada Americana em Teerã, e naquele momento partiu quase que exclusivamente dos Estados Unidos. Naquele momento os EUA congelaram cerca de US$ 12 bilhões em ativos iranianos e proibiram quase que totalmente do comércio com o Irã e foi proibido a de venda de armas e tecnologia *dual-use* (civil e militar).

Uma segunda fase se inicia na década de 2000 há 20215, sendo essa mais fase mais significativa, onde as sanções se tornaram multilaterais e extremamente severas. O motivo central foi a revelação de atividades nucleares iranianas não declaradas e a desconfiança internacional sobre os objetivos do programa.

Os principais atores a aplicar sanções ao Irã foram, EUA, União Europeia e a ONU, entre outros aliados. A ONU aplicou durante entre 2006 e 2010, através de uma série de Resoluções do Conselho de Segurança (1737, 1747, 1803, etc.), impôs sanções direcionadas, tendo comi alvo o programa de misseis balísticos e o programa nuclear. Outro ponto foram os embargos de armas, congelamento de ativos de indivíduos e entidades ligadas ao programa, restrições a importações sensíveis.

[1] Mestre Estudos Árabes. Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). *Postdoc* em andamento em Economia do Crime pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail para contato: lopes.acosta@usp.br

Os EUA e a EU aplicaram sanções paralisantes, pois foram muito além das sanções da ONU, visando setores vitais da economia Iraniana, pois, focando o setor petrolífero, proibindo a importação de petróleo iraniano e de negócios com o seu setor de energia, estrangulou a principal fonte de receita do país e além do mais expulsou o Irã do sistema financeiro internacional SWIFT (2012) e aplicou sanções a bancos iranianos, efetivamente cortando o país do sistema bancário global.

Os EUA ameaçavam sancionar qualquer empresa ou banco de qualquer país que negociasse com o Irã, forçando uma escolha: fazer negócios com o Irã ou com os EUA. Assim forçava o Irã a voltar à mesa de negociação e aceitar limites rigorosos em seu programa nuclear. Esse processo pressionou muito o governo iraniano, já que as sanções tendem a penalizar muito as populações, muitas vezes levando a pobreza em determinador casos, fazendo assim com que a própria população pressiono por mudanças políticas.

Num terceiro momento, durante o governo de Obama, as negociações foram um certo alívio para o governo iraniano. Esta fase marca um ponto de viragem na relação do Irã com a comunidade internacional, caracterizada por uma desescalada das tensões nucleares e um alívio significativo, porém temporário, das sanções.

O elemento central deste período foi o Plano de Ação Conjunto e Global (JCPOA) (AIEA, 2016), comumente conhecido como "Acordo Nuclear com o Irã". Todas as sanções nucleares relacionadas com energia, finanças, transporte e setores relacionados foram revogadas pela União Europeia, e o presidente Barack Obama suspendeu as principais sanções nucleares secundárias (que afetam transações de não americanos com o Irã) através de *waivers* executivos. Assim, permitiu que o setor de energia e petróleo do Irã se reintegrasse aos mercados globais e o Irã recuperasse cerca de US$ 100 bilhões em ativos congelados no exterior. Como as

empresas europeias, asiáticas e de outros locais retomaram negócios com o Irã, em setores como aviação civil, automotivo e outros a economia pode reaquecer.

Partindo desta discussão, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa e interpretativa, utilizando o método do estudo de caso único intrínseco. O foco não é testar hipóteses amplas, mas compreender em profundidade os mecanismos, processos e lógicas internas que constituem a arte da evasão. A análise documental utilizada no estudo é a técnica central de coleta e tratamento de dados, por permitir acesso a evidências textuais e registros sobre práticas muitas vezes intencionalmente ocultas.

A estruturação das análises e discussões deste capítulo foi organizada em quatro seções específicas – a) Sanções como Instrumento de Política Externa; b) A Estratégia Macro: A Economia de Resistência; c) Mecanismos Operacionais para Driblar as Sanções; d) Impactos e Consequências – além da presente introdução e uma última seção de Considerações Finais.

SANÇÕES COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA EXTERNA

As sanções internacionais constituem um instrumento fundamental da política externa contemporânea, sendo definidas como medidas coercitivas impostas por um ou mais Estados contra outro Estado, entidade ou indivíduos. Seus objetivos abrangem desde a mudança de políticas específicas e o enfraquecimento de regimes considerados hostis até a contenção de ameaças à segurança, a sinalização política à comunidade internacional e a imposição do cumprimento de normas internacionais (HUFBAUNER SCHOTT, ELLIOTT, 2007).

Há um debate sobre sua eficácia, já que é aplicado a certo tempo em Cuba e Coreia do Norte e não foi o suficiente para mudança de regime nestes locais. Assim se questiona tanto os mecanismos econômicos, políticos e sociais aplicados nestes países. Em teoria os mecanismos econômicos visam induzir uma crise através da redução das receitas de exportação, contração do PIB, aumento do desemprego, inflação e escassez de bens essenciais, além de restringir o acesso a mercados financeiros globais. Politicamente, espera-se que essa pressão econômica fragilize as elites governantes, incentive a oposição interna, isole o país diplomaticamente e legitime possíveis ações mais duras no futuro. Socialmente, o descontentamento popular, a pressão de grupos empresariais afetados e a fuga de cérebros seriam forças motrizes para a mudança (HUFBAUNER SCHOTT; ELLIOTT, 2007).

Como mencionado, a prática histórica revela limites profundos e efeitos frequentemente contraproducentes, destacando-se o notável paradoxo em que as sanções, em vez de enfraquecer, podem consolidar e fortalecer os regimes que visam pressionar. Esse fenômeno ocorre através de vários mecanismos interligados.

Primeiramente, as sanções alimentam um nacionalismo de cerco, onde a liderança sancionada constrói uma poderosa narrativa de "nação sob ataque" por potências estrangeiras, promovendo a união interna em torno do regime e deslegitimando a oposição interna ao caracterizá-la como conivente com o inimigo externo (HUFBAUNER SCHOTT, ELLIOTT, 2007).

Em segundo lugar, elas podem levar à centralização e militarização da economia. Diante da escassez, o Estado assume o controle da distribuição de recursos críticos, criando uma "economia de guerra" que amplia seu poder sobre a população e os setores produtivos, enquanto enfraquece atores econômicos independentes que poderiam formar uma base de oposição. O controle estatal sobre alimentos, energia e moeda estrangeira torna-se uma ferramenta

poderosa de patronagem e controle social (HUFBAUNER SCHOTT, ELLIOTT, 2007).

Um terceiro mecanismo perverso é a justificativa para repressão ampliada. Sob o pretexto de combater ameaças à segurança nacional em tempos de crise externa, os regimes intensificam a vigilância, a perseguição política e a supressão de liberdades civis, classificando dissidentes como "agentes estrangeiros" (HUFBAUNER SCHOTT, ELLIOTT, 2007).

Quarto, as sanções frequentemente geram economias paralelas e redes de contrabando controladas pelas próprias elites governantes ou por grupos próximos ao poder. Estas redes, que desviam bens escassos e acessam mercados proibidos, criam fluxos de renda ilícita que fortalecem financeiramente o regime e aprofundam os laços de dependência e lealdade dentro da sua base de apoio, ao mesmo tempo que corrompem a economia formal (HUFBAUNER SCHOTT, ELLIOTT, 2007).

Por fim, a necessidade de sobrevivência pode levar a uma busca por autossuficiência forçada (autarquia) ou ao estabelecimento de parcerias estratégicas alternativas com outros Estados igualmente descontentes com a ordem ocidental, como China e Rússia, reduzindo assim a eficácia do isolamento pretendido (HUFBAUNER SCHOTT, ELLIOTT, 2007).

A eficácia final das sanções é, portanto, moderada por uma complexa interação de fatores. As características do Estado-alvo são cruciais: regimes com alta coesão interna, controle ideológico forte, certo grau de autossuficiência em recursos e legitimidade baseada no nacionalismo ou na religião são notavelmente resilientes.

Estudos de caso como Coreia do Norte, Cuba, Irã e Venezuela ilustram esses dilemas. Na Coreia do Norte, décadas de sanções severas não conseguiram derrubar o regime, mas sim alimentaram a ideologia de autossuficiência e justificaram um

controle totalitário absoluto. No Irã, embora as sanções tenham causado grave sofrimento econômico e levado o governo à mesa de negociações que resultaram no JCPOA em 2015, elas também fortaleceram o papel económico e político do Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica, que controla vastos setores da economia informal e de contorno.

Conclui-se que as sanções são um instrumento de precisão limitada. Enquanto podem ser eficazes para objetivos circunscritos, como forçar a libertação de presos políticos ou impedir a proliferação de armas em curto prazo, sua capacidade de induzir mudanças políticas de regime ou transformações comportamentais profundas é altamente questionável.

O risco de consolidar os regimes que se pretende enfraquecer – através da criação de um inimigo externo unificador, da centralização do poder econômico e do fornecimento de um pretexto para a repressão – é um efeito colateral grave e frequentemente observado. Portanto, uma política externa realista deve considerar as sanções não como uma solução autossuficiente, mas como um elemento potencial de uma estratégia mais ampla, que deve incluir diplomacia, engajamento seletivo e um claro entendimento da dinâmica política interna do país-alvo, sob pena de obter resultados opostos aos desejados.

Quando um Estado enfrenta sanções internacionais, desenvolve-se imediatamente uma complexa reconfiguração da sua economia política. Esta transformação não é meramente uma reação defensiva, mas sim o surgimento de um sofisticado ecossistema paralelo de sobrevivência que desafia as premissas fundamentais do regime sancionador. Os Estados-alvo não se limitam a resistir passivamente; eles inovam, adaptam-se e constroem infraestruturas alternativas que frequentemente perduram além do período das sanções, criando novas realidades geopolíticas e econômicas.

O ponto de partida é o que podemos denominar adaptação institucional forçada. Diante da exclusão do sistema financeiro dominante (SWIFT, bancos correspondentes, *clearing* em dólares/euros), os países sancionados aceleram o desenvolvimento de sistemas de pagamento nacionais e regionais. O Irã, por exemplo, após as sanções bancárias de 2012, expandiu agressivamente seu Sistema de Mensagens Financeiras (SEPAM) e promoveu acordos de troca de moedas (swap) com parceiros como Turquia, Rússia e China. Esta não foi uma simples improvisação, mas uma estratégia consciente de desacoplamento seletivo do sistema ocidental, que paradoxalmente aumentou a autonomia do Banco Central Iraniano em algumas dimensões, ainda que a um custo de eficiência e integração global (FARRELL; NEWMAN, 2019).

O segundo fenômeno crítico é a emergência de intermediários especializados e Estados-entreposto. Países como Armênia, Geórgia, Dubai, Omã, Malásia e até alguns territórios europeus transformam-se em hubs de reexportação e reprocessamento financeiro. Empresas de fachada, transbordos portuários complexos e documentação comercial criativa permitem que mercadorias e capitais fluam através de múltiplas jurisdições, obscurecendo sua origem final. Dubai tornou-se particularmente emblemática neste aspecto, funcionando como uma plataforma de ambiguidade jurídica onde empresas ocidentais mantêm presença enquanto facilitam negócios indiretos com o Irã. Esta economia de intermediação não é um subproduto acidental, mas um setor economicamente vital para estes Estados, criando interesses constituídos que resistem à pressão por maior transparência (KERR; FONTANELLA-KHAN, 2023).

A diplomacia financeira paralela constitui o terceiro pilar. Estados sancionados buscam ativamente criar coalizões alternativas. A China desempenha papel central nesta arquitetura, oferecendo tanto o sistema CIPS (para substituição parcial do SWIFT) quanto

acordos de comércio em yuan. A Rússia pós 2022 acelerou dramaticamente este processo, promovendo o uso de moedas nacionais e desenvolvendo o Sistema de Transferência de Mensagens Financeiras (SPFS) como alternativa ao SWIFT. O que emerge é um sistema financeiro fragmentado e multipolar, onde as sanções ocidentais podem acelerar o próprio declínio do dólar como moeda de comércio global, um resultado ironicamente contrário aos objetivos de longo prazo dos sancionadores (FARRELL; NEWMAN, 2019).

No nível microeconômico, desenvolve-se uma criatividade corporativa de evasão impressionante. Empresas privadas nos países sancionados dominam práticas como *ship-to-ship transfers* em águas internacionais, alteração de documentos de origem, uso de empresas fantasmas em múltiplas jurisdições e exploração de brechas em classificações de produtos. A tecnologia moderna facilita esta adaptação: criptomoedas, embora não sejam a solução mágica frequentemente retratada, oferecem canais adicionais para transações menores; comunicações criptografadas coordenam cadeias de suprimentos complexas; e o comércio de bens de dupla utilização (civil-militar) prospera na zona cinzenta regulatória (KERR; FONTANELLA-KHAN, 2023).

Paradoxalmente, as sanções frequentemente fortalecem atores político-econômicos específicos dentro do Estado sancionado. No Irã, o Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica (IRGC) expandiu seu controle sobre setores críticos da economia de contorno, desde o petróleo até a importação de bens essenciais. Na Venezuela, os militares consolidaram o controle sobre a distribuição de alimentos e combustível. Esta militarização da economia de sobrevivência tem implicações políticas profundas: cria fluxos de renda paralelos que aumentam a autonomia destas instituições em relação ao governo civil e ao orçamento estatal formal, ao mesmo tempo que as transforma em atores econômicos com interesses

próprios na manutenção de certas formas de isolamento (FARRELL; NEWMAN, 2019).

A longo prazo, estes mecanismos de evasão criam novas dependências e vulnerabilidades. A relação com a China, por exemplo, torna-se mais assimétrica; a dependência de intermediários corruptíveis cria riscos de extorsão e exposição; e a eficiência econômica sofre enormemente com os custos de transação elevados e a falta de acesso a tecnologia de ponta. No entanto, também geram aprendizagem institucional: os bancos centrais acumulam expertise em evadir controles; as empresas desenvolvem redes de contato transnacionais resilientes; e o Estado aprimora sua capacidade de vigilância econômica interna.

A consequência geopolítica mais significativa talvez seja a regionalização forçada do comércio. Blocos como a União Econômica Eurasiática, a Iniciativa do Cinturão e Rota chinesa, e acordos comerciais Sul-Sul ganham nova importância vital para Estados sancionados. Esta não é uma integração baseada em vantagem comparativa clássica, mas sim em solidariedade política e necessidade mútua, criando alinhamentos que podem persistir por décadas.

Em última análise, a economia de evasão revela uma verdade desconcertante sobre a governança global: quanto mais robusto o regime de sanções, mais sofisticadas e institucionalizadas tornam-se as redes que o contornam. As sanções não criam um vácuo económico; elas criam um ecossistema adaptativo que muitas vezes alcança uma estabilidade perturbadora.

Os atores que dominam este ecossistema, sejam elites estatais, forças armadas, empresários conectados ou Estados intermediários, desenvolvem interesses materiais na sua perpetuação. Assim, o que começa como medida temporária de coerção pode terminar por reconfigurar permanentemente os fluxos

econômicos regionais, criar novas classes empresariais transnacionais e solidificar alianças geopolíticas alternativas. A economia política da evasão é, portanto, não apenas uma história de resistência, mas também uma narrativa de transformação estrutural onde os meios de sobrevivência redefinem os fins da política econômica nacional e internacional.

A ESTRATÉGIA MACRO: A ECONOMIA DE RESISTÊNCIA

Os Estados-alvo não se limitam a resistir passivamente; eles inovam, adaptam-se e constroem infraestruturas alternativas que frequentemente perduram além do período das sanções, criando novas realidades geopolíticas e econômicas. O Irã, por exemplo, após as sanções bancárias de 2012, expandiu agressivamente seu Sistema de Mensagens Financeiras (SEPAM) e promoveu acordos de troca de moedas (swap) com parceiros como Turquia, Rússia e China. Esta não foi uma simples improvisação, mas uma estratégia consciente de desacoplamento seletivo do sistema ocidental, que paradoxalmente aumentou a autonomia do Banco Central Iraniano em algumas dimensões, ainda que a um custo de eficiência e integração global (FARRELL; NEWMAN, 2019).

O segundo fenômeno crítico é a emergência de intermediários especializados e Estados-entreposto, onde países como Armênia, Geórgia, Dubai, Omã, Malásia e até alguns territórios europeus transformam-se em hubs de reexportação e reprocessamento financeiro. Empresas de fachada, transbordos portuários complexos e documentação comercial criativa permitem que mercadorias e capitais fluam através de múltiplas jurisdições, obscurecendo sua origem final. Dubai tornou-se particularmente emblemática neste aspecto, funcionando como uma plataforma de ambiguidade jurídica onde empresas ocidentais mantêm presença

enquanto facilitam negócios indiretos com o Irã. Esta economia de intermediação não é um subproduto acidental, mas um setor economicamente vital para estes Estados, criando interesses constituídos que resistem à pressão por maior transparência (KERR; FONTANELLA-KHAN, 2023).

A diplomacia financeira paralela constitui o terceiro pilar. Estados sancionados buscam ativamente criar coalizões alternativas. A China desempenha papel central nesta arquitetura, oferecendo tanto o sistema CIPS (para substituição parcial do SWIFT) quanto acordos de comércio em yuan. A Rússia pós 2022 acelerou dramaticamente este processo, promovendo o uso de moedas nacionais e desenvolvendo o Sistema de Transferência de Mensagens Financeiras (SPFS) como alternativa ao SWIFT. O que emerge é um sistema financeiro fragmentado e multipolar, onde as sanções ocidentais podem acelerar o próprio declínio do dólar como moeda de comércio global, um resultado ironicamente contrário aos objetivos de longo prazo dos sancionadores (FARRELL; NEWMAN, 2019).

No nível microeconômico, desenvolve-se uma criatividade corporativa de evasão impressionante, onde empresas privadas nos países sancionados dominam práticas como *ship-to-ship transfers* em águas internacionais, alteração de documentos de origem, uso de empresas fantasmas em múltiplas jurisdições e exploração de brechas em classificações de produtos. A tecnologia moderna facilita esta adaptação, pois criptomoedas, embora não sejam a solução mágica frequentemente retratada, oferecem canais adicionais para transações menores; comunicações criptografadas coordenam cadeias de suprimentos complexas; e o comércio de bens de dupla utilização (civil-militar) e prospera na zona cinzenta regulatória.

Paradoxalmente, as sanções frequentemente fortalecem atores político-econômicos específicos dentro do Estado sancionado. No Irã, o Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica (IRGC)

expandiu seu controle sobre setores críticos da economia de contorno, desde o petróleo até a importação de bens essenciais.

Na Venezuela, os militares consolidaram o controle sobre a distribuição de alimentos e combustível. Esta militarização da economia de sobrevivência tem implicações políticas profundas: cria fluxos de renda paralelos que aumentam a autonomia destas instituições em relação ao governo civil e ao orçamento estatal formal, ao mesmo tempo que as transforma em atores econômicos com interesses próprios na manutenção de certas formas de isolamento.

A longo prazo, estes mecanismos de evasão criam novas dependências e vulnerabilidades, a relação com a China, por exemplo, torna-se mais assimétrica; a dependência de intermediários corruptíveis cria riscos de extorsão e exposição; e a eficiência econômica sofre enormemente com os custos de transação elevados e a falta de acesso à tecnologia de ponta. No entanto, também geram aprendizagem institucional: os bancos centrais acumulam expertise em evadir controles; as empresas desenvolvem redes de contato transnacionais resilientes; e o Estado aprimora sua capacidade de vigilância econômica interna.

A consequência geopolítica mais significativa talvez seja a regionalização forçada do comércio. Blocos como a União Econômica Eurasiática, a Iniciativa do Cinturão e Rota chinesa, e acordos comerciais Sul-Sul ganham nova importância vital para Estados sancionados. Esta não é uma integração baseada em vantagem comparativa clássica, mas sim em solidariedade política e necessidade mútua, criando alinhamentos que podem persistir por décadas.

As sanções não criam um vácuo econômico, elas criam um ecossistema adaptativo que muitas vezes alcança uma estabilidade perturbadora. Os atores que dominam este ecossistema — sejam

elites estatais, forças armadas, empresários conectados ou Estados intermediários — desenvolvem interesses materiais na sua perpetuação. Assim, o que começa como medida temporária de coerção pode terminar por reconfigurar permanentemente os fluxos económicos regionais, criar novas classes empresariais transnacionais e solidificar alianças geopolíticas alternativas.

A história econômica recente do Irã é marcada por um processo de diversificação forçada, uma reconfiguração estrutural catalisada não por uma estratégia de desenvolvimento orgânico, mas pela pressão extrema de sanções internacionais. Quando medidas coercivas, particularmente a partir de 2012, estrangularem as exportações de petróleo – que chegavam a representar até 85% das receitas de exportação – o país se viu diante de um imperativo existencial: reduzir sua vulnerabilidade ou colapsar. Esta necessidade deu origem a uma transformação econômica multifacetada, centrada no investimento estratégico em setores não-petrolíferos como agricultura, mineração e tecnologia, alicerçada na doutrina da economia de resistência pregada pelo Líder Supremo (MALONEY, 2020).

Na agricultura, o objetivo transcendia a mera política setorial, assumindo contornos de segurança nacional. Com importações alimentares que consumiam bilhões de dólares anuais e representavam uma vulnerabilidade estratégica, o Estado iraniano lançou uma campanha pela autossuficiência. Os investimentos foram canalizados para a modernização da irrigação, o aumento da produtividade de grãos como trigo e cevada, e a expansão de cultivos de alto valor, como o açafrão, do qual o Irã é o maior produtor mundial. No entanto, esta busca pela soberania alimentar esbarra em uma contradição profunda: a agricultura consome cerca de 90% dos recursos hídricos de um país onde 70% do território é árido ou semiárido. A diversificação no campo, portanto, é uma corrida

contra o tempo, tensionada entre a necessidade imediata de produzir comida e a crise hídrica de longo prazo (MALONEY, 2020).

O setor de mineração emergiu como outra frente estratégica, aproveitando reservas minerais sub exploradas, estimadas em mais de setecentos bilhões de dólares. A “maldição do petróleo” havia historicamente desviado atenção e capital desse potencial. Sob as sanções, no entanto, minérios como cobre, zinco, ferro e pedras preciosas ganharam nova relevância.

A estratégia não se limitou à extração, mas buscou desenvolver capacidade doméstica de processamento e refino, visando exportar produtos com maior valor agregado. Para contornar as barreiras tecnológicas e de financiamento impostas pelas sanções ocidentais, o Irã firmou parcerias alternativas, especialmente com a China e a Rússia. Contudo, os desafios persistem, com infraestrutura deficiente e tecnologia frequentemente obsoleta limitando a realização plena deste potencial (MALONEY, 2020).

Talvez o setor mais simbólico dessa nova fase seja o de tecnologia e inovação, visto como o coração da "economia do conhecimento" que garantiria autonomia duradoura. Houve um investimento deliberado em parques tecnológicos, incubadoras de startups e no ecossistema de tecnologia da informação, com centros vibráveis em Teerã, Isfahan e Shiraz. Capacidades avançadas em cibernética, comunicações e biotecnologia foram fomentadas, não apenas para o mercado civil, mas como pilares da segurança nacional. A indústria farmacêutica doméstica, por exemplo, expandiu-se para reduzir a dependência vital de medicamentos importados. Este impulso, porém, convive com uma fuga crônica de cérebros, estimada em centenas de milhares de profissionais qualificados que emigram anualmente, drenando o capital humano essencial para o próprio sucesso da estratégia (SIAVOSHANI, 2023).

A manufatura também passou por uma reorientação profunda, guiada por uma política agressiva de substituição de importações. Setores como o automotivo, de defesa e petroquímico receberam proteção e incentivos. O complexo militar-industrial, em particular, tornou-se um caso notável de sucesso na autossuficiência, produzindo desde drones até mísseis balísticos.

Entretanto, essa diversificação foi financiada e governada por mecanismos que moldaram profundamente seu caráter. Fundos soberanos, como o Fundo Nacional de Desenvolvimento, redirecionaram receitas petrolíferas remanescentes. Atores poderosos, principalmente o Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica (IRGC), expandiram seus impérios econômicos para setores estratégicos como mineração, construção e telecomunicações, em um processo que mesclou resiliência nacional com captura de recursos por elites específicas (SIAVOSHANI, 2023).

Os resultados deste experimento de diversificação sob coerção são profundamente ambíguos. Por um lado, o Irã conseguiu reduzir significativamente a participação do petróleo no orçamento governamental, aumentou as exportações não-petrolíferas para dezenas de bilhões de dólares e construiu uma base industrial e tecnológica que confere uma resiliência geopolítica inegável. Desenvolveu capacidades endógenas em áreas sensíveis que poucos países da região possuem. Por outro lado, criou uma economia dual e distorcida.

Um setor de resistência, mais autônomo, mas frequentemente ineficiente e protegido, convive com um setor tradicional ainda vital, porém asfixiado. A corrupção, a fuga de cérebros, as desigualdades e os custos ambientais, como o esgotamento dos aquíferos, são limitações estruturais graves. A experiência iraniana demonstra, assim, os limites paradoxais das sanções: elas podem, de fato, forçar a adaptação e a construção de capacidades nacionais, mas

frequentemente o fazem ao custo de consolidar economias fechadas, ineficientes e controladas por elites militares e políticas (IOM, 2022).

O legado final desta diversificação forçada dependerá da capacidade do país de transitar de uma economia de resistência, moldada pela sobrevivência, para uma economia diversificada e competitiva, capaz de se integrar ao mundo sem perder sua autonomia duramente conquistada. A transformação iraniana permanece um estudo de caso crucial sobre os custos, as contradições e os resultados imprevistos da coerção econômica no século XXI (NADIMI, 2023; WEZEMAN, 2021).

A criação de uma robusta base militar-industrial doméstica representa uma das transformações mais significativas e estrategicamente vitais empreendidas por Estados sob embargos internacionais de armas. Esta fortificação não é meramente uma resposta técnica à escassez de equipamentos militares, mas sim um profundo projeto de soberania, segurança nacional e desenvolvimento tecnológico forçado, com implicações que transcendem o campo militar e se estendem à economia política, à diplomacia e ao equilíbrio de poder regional (NADIMI, 2023; WEZEMAN, 2021).

A imposição de embargos de armas, como os sofridos pelo Irã desde a Revolução de 1979, pela Coreia do Norte há décadas, e mais recentemente pela Venezuela, cria um dilema existencial. A incapacidade de adquirir sistemas de defesa modernos no mercado internacional deixa um Estado vulnerável a pressões externas e ameaças à sua integridade territorial. A resposta, adotada por vários regimes, foi a doutrina da autossuficiência militar compulsória (NADIMI, 2023; WEZEMAN, 2021).

Este caminho é árduo, caro e tecnicamente desafiador, mas oferece uma recompensa estratégica inigualável: a libertação da

dependência de fornecedores estrangeiros, cujos governos podem usar as vendas de armas como alavanca política. O caso iraniano é paradigmático. Após a revolução e com o início da longa e devastadora Guerra Irã-Iraque (1980-1988), Teerã viu seus estoques de armas ocidentais – adquiridos durante o regime do Xá – se esgotarem sem possibilidade de reposição. Este estrangulamento no campo de batalha forjou um consenso nacional em torno da necessidade de construir uma capacidade industrial de defesa própria, tornando-se um pilar central da ideologia de resistência (NADIMI, 2023; WEZEMAN, 2021).

A fortificação do setor de defesa remodela profundamente a economia política doméstica. Em primeiro lugar, ela cria uma "elite tecnocrático-militar" poderosa. Engenheiros, cientistas e gerentes da indústria de defesa tornam-se atores-chave no Estado, com acesso a recursos privilegiados e influência política.

Em segundo lugar, a indústria militar atua como um motor de inovação tecnológica de arrasto. Desenvolvimentos em metalurgia, eletrônica, propulsão e software para fins militares frequentemente encontram aplicações civis (*spin-offs*), contribuindo para a base industrial nacional, embora esse efeito seja frequentemente limitado pelo sigilo e pelo foco militar exclusivo (NADIMI, 2023; WEZEMAN, 2021).

Em terceiro lugar, ela gera interesses constituídos poderosos com um incentivo intrínseco para manter uma postura de conflito ou tensão permanente, que justifique orçamentos volumosos e autonomia institucional. O IRGC iraniano, por exemplo, não é apenas uma força militar, mas um gigante econômico com vastos interesses em setores que vão da construção a telecomunicações, cujo poder e riqueza estão inextricavelmente ligados ao paradigma de "resistência" e autossuficiência (NADIMI, 2023; WEZEMAN, 2021).

Em conclusão, a fortificação do setor de defesa como resposta a embargos é muito mais do que uma simples política industrial. É uma jornada de construção nacional sob cerco, que reconfigura o Estado, sua economia, sua elite governante e seu lugar no mundo. Ela gera uma forma distinta de poder militar, assimétrico e resistente, que desafia as hierarquias tradicionais de poder global. Embora não conceda paridade tecnológica completa, concede algo considerado ainda mais valioso por esses regimes: autonomia estratégica e resiliência política. O legado desta fortificação, portanto, é duradouro, moldando trajetórias nacionais e dinâmicas regionais muito além da duração original dos embargos que a motivaram.

MECANISMOS OPERACIONAIS PARA DRIBLAR AS SANÇÕES

Quando um país é severamente sancionado e desconectado do sistema financeiro global dominado pelo dólar, sua economia não entra em colapso absoluto, mas sim empreende uma profunda metamorfose. Nasce um sistema financeiro paralelo, uma rede complexa e adaptativa que opera nas sombras da regulamentação internacional, frequentemente descrita como “banca-lite”. Este ecossistema não é uma simples rede criminosa, mas uma infraestrutura financeira informal, porém sofisticada, construída sobre a combinação de brechas regulatórias, corrupção institucionalizada, laços comerciais históricos e inovação financeira ilícita. O objetivo é singular: manter o fluxo vital de capitais, financiar o comércio exterior e garantir a sobrevivência do Estado sob cerco económico. A experiência do Irã oferece um mapa detalhado desta arquitetura da evasão (SOLOMON; FAUCON, 2023).

A pedra angular deste sistema é o uso estratégico de bancos de fachada e instituições financeiras de pequeno porte em jurisdições vizinhas ou complacentes. Estas entidades funcionam como pontes críticas entre a economia isolada e o mundo. Não se trata dos grandes bancos internacionais, cujas operações globais as tornam vulneráveis a pesadas multas dos EUA, mas sim de atores regionais com menos a perder: pequenos bancos comerciais, casas de câmbio (*hawaladars*), comerciantes de ouro e diamantes, e uma miríade de empresas de fachada com contas bancárias ativas (SHARMAN, 2022).

No Iraque, especialmente na região autónoma do Curdistão com sua relativa abertura econômica, bancos locais em Erbil e Bagdá tornaram-se condutos essenciais. Bilhões de dólares fluem através deles, muitas vezes camuflados como pagamentos por importações legítimas iraquianas de energia e bens iranianos, mas envolvendo superfaturamento ou transações por mercadorias fictícias. O omnipresente sistema informal de transferência de valor, o *hawala*, baseado na confiança e em registos mínimos, entrelaça-se com este sistema formal, oferecendo um canal ágil e quase invisível (SOLOMON; FAUCON, 2023).

Os Emirados Árabes Unidos, com Dubai no epicentro, desempenham um papel ainda mais central como o *hub* de ambiguidade comercial e financeira. Dubai, com sua filosofia de negócios flexível e sua posição geográfica estratégica, há décadas serve como uma plataforma crucial para o comércio iraniano. Empresas de fachada iranianas, registadas em nome de parceiros locais, movimentam mercadorias e capital com relativa impunidade. Aqui, o sector do ouro e diamantes é particularmente instrumental (SOLOMON; FAUCON, 2023).

Em um mecanismo clássico, o Irã exporta petróleo ou produtos petroquímicos, e os recebimentos são liquidados não em dólares bloqueados, mas através da importação de ouro físico dos

EAU. Este ouro, um ativo universalmente valorizado e de difícil rastreamento, pode então ser vendido internamente para obter moeda local ou usado como garantia para empréstimos (SOLOMON; FAUCON, 2023).

A Turquia, por sua vez, com suas complexas relações tanto com o Ocidente quanto com o Irã, serve como outro nó vital. Bancos turcos processam pagamentos em euros e liras turcas por exportações de gás natural e outros bens, frequentemente utilizando esquemas de triangulação onde mercadorias iranianas são reexportadas de portos turcos para destinos finais, com os fundos permanecendo em contas acessíveis em Ancara.

Uma vez que os fundos conseguem aceder ao sistema internacional através destas portas de entrada, entra em ação um conjunto de técnicas operacionais avançadas projetadas para obscurecer a sua origem e destino. A primeira é o ***layering*** ou estratificação, que consiste em criar uma complexa teia de transações financeiras para separar o dinheiro da sua fonte ilegítima. Por exemplo, os recursos de uma venda de petróleo depositados em um banco no Iraque são rapidamente transferidos para contas de várias empresas-fantasma nos EAU. De lá, são convertidos em diferentes classes de ativos — ações, títulos, contratos de seguro, metais — ou enviados através de uma sucessão de jurisdições (como o Quénia, a Suíça ou a Malásia) em um curto espaço de tempo (UNITED STATES DISTRICT COURT, 2022).

Cada transferência, conversão ou negociação adiciona uma camada de complexidade que os reguladores devem desvendar. A segunda técnica é o *smurfing* ou estruturação, uma abordagem mais granular para evitar os limiares de transação que disparam alertas automáticos. Nela, grandes somas de dinheiro são divididas em múltiplas transações menores, cada uma abaixo do limite que exigiria um relatório obrigatório às autoridades. Uma rede de indivíduos, os “smurfs” ou “laranjas” — que podem ser cidadãos

comuns, funcionários de empresas-cascão ou membros da diáspora — é recrutada para fazer estes depósitos ou transferências aparentemente inocentes e repetitivas, que coletivamente movimentam milhões.

Paralelamente a estas manobras técnicas, ocorre uma estratégia geopolítica e macroeconômica de longo prazo: a fuga sistemática do dólar americano. Reconhecendo que o domínio do dólar é a principal alavanca das sanções dos EUA, os Estados sancionados buscam agressivamente conduzir o seu comércio exterior em outras moedas.

Esta desdolarização toma a forma de acordos bilaterais em moedas locais. Com a Rússia, por exemplo, o Irã trabalha para usar o rublo e o rial em transações de energia, alimentos e equipamento militar, enquanto colaboram para interligar os seus sistemas de mensagens financeiras domésticas (o SPFS russo e o SEPAM iraniano), criando um canal alternativo ao SWIFT. Com a China, parte significativa do comércio é conduzida em yuan, que o Irã pode depois usar para importar bens chineses ou converter em ouro na Bolsa de Ouro de Xangai, integrando-se assim à arquitetura financeira da Iniciativa do Cinturão e Rota. Até com parceiros como a Índia, mecanismos complexos foram criados no passado para liquidar pagamentos de petróleo em rúpias, que eram depois usadas para comprar produtos indianos (MORGENSTERN, 2022; JENTLESON, 2018; MAGNUS, 2022; KHANNA, 2016).

O resultado final desta engenharia financeira é a institucionalização de uma *banca-lite* que é notavelmente resiliente. Este sistema paralelo gera consequências profundas e duradouras. Em primeiro lugar, cria novas interdependências econômicas: países como o Iraque, os EAU e a Turquia desenvolvem sectores económicos inteiros (de câmbio, comércio de metais preciosos, logística) que dependem dos fluxos de capital sancionado, fazendo surgir lobbies internos que se opõem a uma repressão total por parte

das suas próprias autoridades. Em segundo lugar, fomenta o surgimento de uma classe de especialistas — banqueiros, corretores, comerciantes, advogados e consultores — cujo conhecimento específico é navegar e explorar as brechas dos regimes de sanções, tornando o sistema cada vez mais sofisticado (MORGENSTERN, 2022; JENTLESO, 2018; MAGNUS, 2022; KHANNA, 2016).

Por fim, e mais significativamente a longo prazo, contribui para a fragmentação do sistema financeiro global. Ao promover acordos em moedas locais e desenvolver infraestruturas de pagamento alternativas, estes Estados aceleram um processo de desdolarização e da formação de blocos financeiros regionais. Isto, por sua vez, pode corroer gradualmente o poder coercivo unilateral que os EUA detinham através do controle do sistema do dólar (MORGENSTERN, 2022; JENTLESON, 2018; MAGNUS, 2022; KHANNA, 2016).

Portanto, o sistema de *banca-lite* é muito mais do que um mecanismo de sobrevivência; é um sintoma e um motor de uma transformação mais ampla na geopolítica econômica, onde a coerção financeira extrema gera, como resposta, uma criatividade financeira clandestina que acaba por reconfigurar as próprias regras do jogo. A batalha entre os fiscalizadores de sanções e os arquitetos da evasão é uma corrida armamentista contínua, onde cada nova regulamentação dá origem a uma nova e mais engenhosa forma de contorno (MORGENSTERN, 2022; JENTLESON, 2018; MAGNUS, 2022; KHANNA, 2016).

A Arte do Comércio Exterior: Ofuscação e Redes Complexas

O Irã, sob um regime de sanções particularmente severo, tornou-se um mestre nesta disciplina, empregando uma combinação

de tácticas marítimas furtivas, redes corporativas labirínticas e corredores geopolíticos estratégicos para manter seu petróleo e produtos petroquímicos fluindo para os mercados globais.

No palco marítimo, a prática mais emblemática é a do navio-tanque fantasma. Navios, muitas vezes mais velhos e pertencentes a frota obscura ("dark fleet"), são mobilizados para este fim. A coreografia envolve múltiplas camadas de engano. Primeiro, a falsificação de documentos: registos de carga indicam destinos no Omã, nos Emirados Árabes ou na Malásia, jurisdições que não são o destino final. Em seguida, ocorre o desligamento do transponder do Sistema de Identificação Automática (AIS), um equipamento que transmite a localização, identidade e rota do navio. Ao "desaparecer" dos monitores comerciais, o navio pode dirigir-se para pontos de encontro pré-determinados em águas internacionais, frequentemente no Golfo de Omã, no Mar Cáspio ou mesmo perto de Singapura.

É nesses locais que ocorre a transferência navio-a-navio (ship-to-ship, STS). O petroleiro iraniano, carregado de crude, encontra-se com outro navio, muitas vezes de bandeira de um país não alinhado. Através de mangueiras, o petróleo é transferido em pleno oceano. Esta operação é arriscada e requer perícia náutica, mas é extremamente eficaz para lavar a origem da carga. O navio receptor, agora com um carregamento "limpo", religa seu AIS e segue para um porto legítimo, apresentando documentos que mostram uma origem irrepreensível, como a Malásia ou o Iraque. O crude iraniano é, assim, reescrito no alto-mar, transformando-se em uma mercadoria aparentemente legítima de outro produtor (JONES; TAVAKOLI, 2023).

Enquanto os navios dançam no mar, em terra firme uma rede igualmente complexa é tecida no mundo corporativo. A estratégia baseia-se na criação de redes em camadas de empresas de fachada em jurisdições conhecidas por seu sigilo e regulamentação frouxa. Dubai, Hong Kong, Malásia, Armênia e vários paraísos fiscais

servem como arenas para este jogo. O mecanismo funciona através da triangulação comercial. Uma empresa iraniana vende sua mercadoria (por exemplo, petroquímicos ou produtos metalúrgicos) para uma empresa de fachada com sede em Dubai. Esta empresa, por sua vez, vende o mesmo produto, agora com uma nova fatura e certificado de origem dos Emirados Árabes Unidos, para um comprador final na Ásia, África ou Europa Oriental (JONES; TAVAKOLI, 2023).

O pagamento pode fluir através de contas bancárias dessas jurisdições intermediárias, complicando ainda mais o rastreamento financeiro. Estas empresas de fachada muitas vezes existem apenas no papel, com diretores nomeados (“laranjas”) e endereços virtuais, mas são suficientemente críveis para satisfazer os requisitos formais de importadores e bancos. Grandes quantidades de petroquímicos iranianos, por exemplo, são conhecidas por entrarem no mercado global rotuladas como originárias de Omã ou da Arábia Saudita após este processo de “lavagem comercial” (JONES; TAVAKOLI, 2023).

Complementando as rotas marítimas furtivas e as redes corporativas, o Irã investiu fortemente em corredores terrestres estratégicos que ligam seu território a parceiros regionais e a mercados distantes, minimizando a exposição ao controle marítimo ocidental (JONES; TAVAKOLI, 2023).

O mais ambicioso é o Corredor de Transporte Internacional Norte-Sul (INSTC), uma rota multimodal de 7.200 quilômetros que conecta o porto iraniano de Bandar Abbas no Golfo Pérsico, através do Irã, ao porto russo de Astrakhan no Mar Cáspio, e daí para o Norte da Europa e Rússia. Para o Irã, este corredor não é apenas uma rota comercial; é um projeto geopolítico vital com a Rússia (ela própria sob sanções) e a Índia. Ele permite que mercadorias iranianas e russas se movimentem por terra, evitando as rotas marítimas tradicionais monitoradas de perto. Cargas conteinerizadas podem viajar por ferrovia através do Irã e do Cáspio, "desaparecendo"

efetivamente do radar marítimo antes de reaparecer na Rússia (C4ADS, 2021).

Outro eixo crucial é a rota terrestre através do Iraque e da Síria. Este corredor, apoiado por milícias aliadas ao Irã em ambos os países, serve a um duplo propósito: abastecer os aliados regionais do Irã e fornecer uma saída para o Mediterrâneo. Caminhões carregados de produtos iranianos, desde alimentos até peças de reposição, cruzam as fronteiras porosas. Este fluxo é tão significativo que se tornou uma fonte vital de receita de tarifas para o governo iraquiano e um instrumento de influência profunda para o Irã, que controla pontos-chave da cadeia logística (C4ADS, 2021).

A arte do comércio exterior sob sanções não é sobre se esconder na escuridão, mas sobre se mover dentro de um nevoeiro de dados contraditórios, identidades falsas e rotas indiretas. Para o Irã, estes custos são o preço da sobrevivência econômica e da autonomia política. Esta capacidade de criar e manter redes complexas de evasão transformou-se, paradoxalmente, em um ativo estratégico e em um sinal de resiliência, demonstrando que em um mundo interconectado, a coerção econômica pode gerar uma inovação logística e financeira clandestina que redefine os próprios contornos do comércio global.

O Papel dos Atores Não-Estatais e o Setor Privado

O funcionamento de uma economia sob sanções severas revela uma verdade fundamental sobre o poder no século XXI: ele frequentemente reside não apenas nas instituições formais do Estado, mas em uma constelação complexa e intencionalmente obscura de atores não-estatais e setores privados que operam nas zonas cinzentas da governança global.

Esta arquitetura paralela não emerge do caos, mas de uma estratégia calculada de resiliência, onde a descentralização, a negação plausível e a simbiose entre o político, o militar e o económico se tornam armas de sobrevivência. No epicentro deste modelo, exemplificado pelo Irã, encontra-se o Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica (IRGC), uma entidade que transcendeu completamente sua génese como guardião ideológico para se metamorfosear no eixo de um vasto conglomerado empresarial transnacional (WORLD BANK).

Através da sua holding de engenharia, Khatam al-Anbia, o IRGC domina setores económicos estratégicos nacionais – energia, infraestrutura, telecomunicações –, gerando não só capital, mas também a expertise logística e técnica que são depois projetadas para o exterior. A sua verdadeira sofisticação, contudo, manifesta-se na capacidade de orquestrar uma rede financeira e comercial global, utilizando subsidiárias *offshore*, parceiros em jurisdições complacentes e todos os instrumentos da evasão moderna, desde navios-tanque fantasmas até empresas de fachada em paraísos fiscais, para contornar o cerco financeiro internacional (FFD, 2023).

Esta rede central, porém, não atua de forma isolada. Ela amplifica seu poder e alcance através de uma teia de aliados regionais, os chamados proxies, que funcionam como multiplicadores de força econômica e pontos nodais em um sistema descentralizado. O Hezbollah, no Líbano, é o caso mais avançado, tendo desenvolvido um sofisticado aparelho financeiro próprio, com investimentos formais em bancos, imobiliário e comércio, sustentado por redes da diáspora que geram fluxos de capital em múltiplos continentes (FFD, 2023).

Mais do que um braço militar, é um parceiro económico capaz de lavar recursos e facilitar transações. No Iraque, milícias aliadas controlam pontos de fronteira e rotas comerciais, funcionando como intermediários logísticos cruciais que permitem a

circulação de mercadorias iranianas e a canalização de pagamentos, ao mesmo tempo que consolidam seu próprio poder econômico local. Até os Houthis, no Iêmen, sob bloqueio, demonstram a adaptabilidade desta rede, especializando-se em rotas de contrabando marítimo que desafiam a vigilância internacional. Estes grupos não são meros instrumentos passivos; são parceiros operacionais que, ao perseguirem seus próprios interesses de sobrevivência e influência, fortalecem e estendem a rede-mãe iraniana.

Crucialmente, este ecossistema não poderia respirar sem a simbiose com um setor privado "conectado". Uma classe de empresários, motivados por lealdade, oportunismo ou laços familiares, atua como a interface vital entre o núcleo político-militar e a economia global formal.

São eles que registram as empresas de fachada, fornecem cobertura comercial plausível, utilizam seu conhecimento de mercados internacionais para identificar brechas regulatórias e funcionam como testas de ferro para investimentos *offshore*. Em troca, recebem acesso privilegiado a contratos lucrativos, monopólios de facto e proteção estatal. A sua fortuna torna-se, assim, inextricavelmente ligada à perpetuação do próprio regime de sanções e da economia de evasão que ele fomentou. O resultado final é uma arquitetura de poder notavelmente resiliente e adaptativa (WORLD BANK).

A força do sistema reside precisamente em sua difusão: não é uma pirâmide hierárquica fácil de decapitar, mas uma rede orgânica onde o núcleo estatal-militar, os proxies regionais semiautônomos e os empresários privados interdependentes criam um todo que é maior que a soma das suas partes. Esta configuração permite ao Estado iraniano uma negação plausível perante a comunidade internacional, distribui o risco operacional por múltiplos atores e explora com maestria as fraquezas e contradições

do sistema financeiro e comercial global. Desta forma, a coerência econômica externa, ao buscar isolar o Estado, acaba por inadvertidamente fortalecer e legitimar atores não-estatais e redes transnacionais informais, redefinindo os contornos da soberania e demonstrando que, no mundo interconectado de hoje, o poder real muitas vezes flui pelos canais mais obscuros e menos formais.

Tecnologias Emergentes: Criptoativos e Ouro

O dueto aparentemente improvável entre criptomoedas e ouro físico simboliza esta resposta dual: uma aposta na descentralização digital do século XXI e uma retirada tática para a tangibilidade atemporal do metal precioso. Juntos, estes instrumentos compõem um ecossistema híbrido de resiliência financeira, desenhado para operar nas sombras do sistema convencional e desafiar os mecanismos de controlo que dependem da intermediação bancária e da hegemonia do dólar (SABET, 2023; FATF, 2022).

A promessa das criptomoedas como um canal libertador das sanções sempre foi teoricamente poderosa. A sua arquitetura descentralizada, a potencial pseudonimidade e a capacidade de facilitar transferências de valor sem fronteiras, ignorando completamente intermediários como o SWIFT, apresentavam uma solução elegante para o dilema do estrangulamento financeiro. Países como o Irã moveram-se rapidamente para capitalizar esta possibilidade, não apenas tolerando, mas regulamentando e integrando a mineração de criptomoedas na sua matriz econômica nacional (THE CARREGIE ENDOWMENT FOR INTERNATIONAL PEACE, 2022). A lógica era profundamente estratégica: transformar energia elétrica subsidiada num ativo digital

exportável e, crucialmente, criar uma via paralela para receber pagamentos por exportações vitais (KOLESNIKOV, 2024).

A concretização deste modelo foi demonstrada com transações-piloto, como a importação oficial de mercadorias no valor de milhões de dólares liquidada em criptomoedas. Contudo, o entusiasmo inicial deu lugar a um pragmatismo cauteloso à medida que os limites práticos da solução se tornaram evidentes.

A volatilidade extrema intrínseca a estes ativos digitais introduz um risco cambial proibitivo para transações comerciais de grande escala e orçamentos estatais que exigem previsibilidade. Além disso, o anonimato revelou-se uma ilusão perante as sofisticadas ferramentas de análise de blockchain desenvolvidas por empresas que colaboram estreitamente com os próprios organismos que aplicam as sanções (SABET, 2023).

Mais decisiva ainda é a questão da escala: o volume do ecossistema criptográfico, embora crescente, permanece ordens de magnitude inferior ao fluxo financeiro do comércio internacional de energia e *commodities*. Assim, enquanto as criptomoedas encontraram um nicho para transações menores, urgentes ou altamente específicas, a sua capacidade para substituir os canais tradicionais ou paralelos no financiamento do comércio exterior de um Estado-nação mostrou-se, até agora, estruturalmente limitada.

Paralelamente a esta experimentação digital, uma estratégia muito mais antiga e comprovada tem sido reafirmada com vigor renovado: o regresso ao ouro físico. Num contexto de sanções, as propriedades do ouro ressoam com uma eficácia imbatível. É um ativo de valor universalmente reconhecido, totalmente desvinculado de qualquer sistema bancário ou jurisdição nacional, praticamente impossível de rastrear após a sua fundição ou transporte, e funciona tanto como reserva de valor soberana como meio final de liquidação (MORADI; BASTANI, 2023).

Esta alquimia financeira moderna, que transforma petróleo em barras de ouro, tornou-se uma arte praticada com maestria. Através de intermediários em centros como Dubai ou Istambul, as exportações de petróleo ou petroquímicos são liquidadas não com divisas digitais ou eletrônicas, mas com a entrega física de ouro (MORADI; BASTANI, 2023).

Este metal é então transportado de volta para o território nacional, onde fortalece as reservas do banco central, é monetizado no mercado interno ou serve como colateral em acordos financeiros. Dubai, com o seu vasto e permeável mercado de ouro, tornou-se um nó crucial nesta rede, facilitando fluxos que, em certos períodos, ascenderam a milhares de milhões de dólares. Além do ouro, outras commodities de alta densidade de valor, como metais industriais preciosos ou mesmo produtos agrícolas estratégicos, são mobilizadas em complexos acordos de escambo bilateral, criando uma economia de troca que *by-pass* completamente o sistema financeiro tradicional (MORADI; BASTANI, 2023).

O panorama final que se consolida não é, portanto, uma escolha binária entre o novo e o antigo, mas antes a construção de um ecossistema financeiro paralelo e multifacetado. Nele, o sistema bancário informal e as empresas de fachada continuam a fornecer a espinha dorsal operacional; o ouro físico atua como a âncora última de valor e o instrumento de liquidação para transações de grande monta; e as criptomoedas desempenham um papel complementar e tático, explorando brechas digitais para necessidades pontuais (MORADI; BASTANI, 2023).

Esta convergência pragmática ilustra a adaptabilidade radical dos Estados sob cerco. Enquanto as potências sancionadoras desenvolvem tecnologias de vigilância cada vez mais avançadas e "sanções inteligentes", as nações visadas respondem com um arsenal igualmente diversificado, que vai desde a criptografia de ponta até às táticas mercantis mais antigas. Nesta corrida armamentista

financeira, a promessa revolucionária das criptomoedas ainda luta para superar desafios de escala e estabilidade, enquanto o ouro, esse velho soberano dos ativos, reafirma com quieta autoridade uma verdade intemporal: em tempos de crise profunda e desconfiança sistémica, o valor que se pode tocar e guardar no cofre ainda detém um poder de libertação que nenhum código digital conseguiu, até agora, replicar plenamente (MORADI; BASTANI, 2023).

IMPACTOS E CONSEQUÊNCIAS

O regime de sanções internacionais imposto ao Irã, particularmente a partir de 2012, constitui um dos experimentos mais abrangentes e duradouros de coerção econômica da era moderna e a eficácia limitada das sanções é o seu traço mais marcante.

Se o objetivo era paralisar a economia para forçar uma mudança de comportamento em áreas nucleares, balísticas ou regionais, o resultado foi, na melhor das hipóteses, parcial e temporário. Pelo contrário, endureceu a postura de resistência do regime (KATZMAN, 2023). O programa nuclear, longe de ser desmantelado, expandiu-se e aprofundou-se, com o Irã hoje detendo reservas de urânio enriquecido e capacidades técnicas muito superiores às de 2012. A sua influência regional no chamado “Eixo da Resistência”.

A mais significativa é a fortificação e militarização do Estado. Para gerir e controlar a complexa economia de evasão e sobrevivência, o Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica (IRGC) transformou-se de uma força militar em um gigantesco conglomerado econômico-financeiro.

Através da sua *holding Khatam al-Anbia* e de uma vasta rede de empresas subsidiárias e parceiras, o IRGC assumiu o controle de

setores estratégicos como energia, construção, telecomunicações e, crucialmente, do comércio exterior de contorno. Este poder económico concedeu-lhe uma autonomia financeira e política sem precedentes face ao governo civil e ao parlamento (OSTOVAR, 2016). O IRGC não é mais apenas o guardião da revolução; é o principal gestor da economia de resistência, o que lhe confere um interesse intrínseco na perpetuação de um certo nível de tensão e isolamento externo.

A necessidade de contornar controlos financeiros e comerciais fez proliferar empresas de fachada, redes de *hawala*, contrabando organizado e mercados negros. Esta economia paralela, embora vital para a sobrevivência nacional, opera à margem da lei, distorce os preços, mina a arrecadação de impostos e institucionaliza a corrupção em larga escala. Ela criou uma nova classe de enriquecidos – os "barões das sanções" – cuja fortuna depende da sua capacidade de navegar e explorar as brechas do regime de restrições. Este fenômeno corrói a coesão social, amplia a desigualdade e debilita as instituições estatais formais, substituindo-as por redes informais de patronagem e clientelismo centradas no IRGC e em seus aliados (C4ADS, 2021).

As sanções demonstraram os limites da coerção econômica pura para alterar o curso estratégico de um Estado nacionalista com recursos e determinação. Elas transformaram o Irã num laboratório de adaptação sob pressão extrema, onde a "economia de resistência" se tornou não apenas um slogan, mas uma realidade distorcida que redefine o contrato social e a distribuição de poder interno. O legado mais duradouro pode não ser a mudança no comportamento internacional do Irã, mas sim a profunda e possivelmente irreversível transformação da sua política interna e estrutura econômica, com implicações que perdurarão muito além do eventual levantamento das restrições.

Ao longo de mais de uma década de pressão extrema, o Irã não se limitou a contornar proibições isoladas; arquitetou e operacionalizou um sofisticado ecossistema de evasão integrado, que se tornou uma dimensão permanente de sua economia política. Este ecossistema não é uma anomalia marginal, mas um sistema adaptativo complexo que envolve desde decisões estratégicas de alto nível no Palácio de Saadabad até as práticas de comerciantes no bazar de Teerã e capitães de navios-tanque no Golfo de Omã. A experiência iraniana demonstra que um Estado nacionalista com recursos significativos, quando confrontado com uma ameaça existencial à sua economia, pode mobilizar uma combinação notável de estratégia estatal coordenada, táticas de mercado cinza descentralizadas e experimentação com tecnologias emergentes para construir uma forma de resiliência econômica paralela.

O sistema financeiro paralelo, surgiu como resposta ao bloqueio bancário, utilizando instituições em jurisdições vizinhas e técnicas como *layering* e *smurfing* para manter o fluxo de capitais. Atores não-estatais, particularmente o Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica (IRGC), transformaram-se de força militar em conglomerados transnacionais, enquanto proxies regionais como o Hezbollah tornaram-se multiplicadores de capacidade econômica.

Finalmente, a fronteira da evasão expandiu-se para o domínio tecnológico, com a experimentação em criptoativos, mantendo simultaneamente o recurso atemporal ao ouro físico como reserva de valor soberana. Coletivamente, estas adaptações mostram que o Irã não é um mero reagente passivo às sanções, mas um ator estratégico que reconfigurou sua economia para operar numa zona cinzenta da globalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência iraniana expõe os limites estruturais do unilateralismo nas sanções, especialmente quando aplicado a economias de médio porte com recursos diversificados e parceiros regionais dispostos a cooperar. A capacidade do Irã de desenvolver relações comerciais e financeiras alternativas com China, Rússia, Índia e países vizinhos demonstra que a globalização multipolar oferece rotas de fuga que não existiam na era da Guerra Fria.

Aqui se apresenta o paradoxo da eficácia das sanções: ao mesmo tempo que infligem custos econômicos severos à população, podem fortalecer os atores mais repressivos do regime (como o IRGC), consolidar economias informais corruptas e, ironicamente, aumentar a autonomia estratégica do Estado-alvo ao forçá-lo a desenvolver capacidades domésticas.

Sinalizou-se aqui o surgimento de uma "economia global paralela" — um espaço transnacional onde Estados sancionados, atores não-estatais, intermediários oportunistas e tecnologias emergentes interagem sob regras fundamentalmente diferentes das que governam a economia liberal internacional. Esta economia paralela não é totalmente ilegal, mas opera numa zona de ambivalência regulatória que desafia os mecanismos tradicionais de governança global.

A história do Irã sob sanções é, em última análise, um estudo de caso sobre resiliência e adaptação num mundo fragmentado. Ela desafia a suposição de que a integração econômica global é unidirecional e irreversível, mostrando como Estados podem desenvolver formas alternativas de conectividade internacional quando excluídos dos canais convencionais.

A lição mais ampla pode ser que, num sistema internacional cada vez mais competitivo e multipolar, os instrumentos de coerção econômica tornam-se simultaneamente mais utilizados e menos decisivos, pois estimulam a inovação na evasão e aceleram a fragmentação da própria ordem econômica que as potências sancionadoras procuram preservar. O ecossistema de evasão iraniano não é apenas um mecanismo de sobrevivência; é um sintoma e um agente desta transformação geoeconômica mais profunda.

REFERÊNCIAS

AIEA - Agência Internacional De Energia Atômica. **Verification and monitoring in the Islamic Republic of Iran in light of United Nations Security Council resolution 2231 (2015)**. Vienna: IAEA, 2016. Disponível em: <www.iaea.org>. Acesso em: 20/01/2025.

C4ADS - Center for Advanced Defense Studies. **Below the Deck**: How Shadow Shipping Networks Move Iran's Oil. Washington: C4ADS, 2021. Disponível em: <www.c4ads.org>. Acesso em: 21/02/2025.

FARRELL, H.; NEWMAN, A. "Weaponized Interdependence: How Global Economic Networks Shape State Coercion". **International Security**, vol. 44, n. 1, 2019.

FATF - Financial Action Task Force. **Anti-Money Laundering and Counter-Terrorist Financing Measures – United Arab Emirates**. Paris: FATF, 2022.

FDD - Foundation For Defense Of Democracies. **The Business of the Iranian Revolutionary Guard Corps**. Washington: FDD, 2023. Disponível em: <www.fdd.org>. Acesso em: 21/03/2025.

IOM - International Organization For Migration. **The Human Capital Exodus**: Skilled Migration from the Islamic Republic of Iran. Geneva: IOM, 2022. Disponível em: <www.iom.org>. Acesso em: 20 out. 2023.

JENTLESON, B. W. **Sanctions**: What Everyone Needs to Know. New York: Oxford University Press, 2022.

JONES, M.; TAVAKOLI, R. "Transnational Networks and State Resilience: The Case of Iran". **Journal of Global Security Studies**, vol. 8, n. 2, 2023.

KATZMAN, K. **Iran Sanctions**. Washington: Congressional Research Service, 2023.

KERR, S.; FONTANELLA-KHAN, J. "How Dubai became a hub for Iran sanctions evasion". **Financial Times** [2019]. Disponível em: <www.ft.com>. Acesso em: 20/02/2023.

KHANNA, P. **Connectography**: Mapping the Future of Global Civilization. New York: Random House, 2016.

KOLESNIKOV, A. "Digital Assets and Authoritarian Resilience: The Case of Iran and Russia". *In*: DUKALSKIS, A. (ed.). **Authoritarian Powers in a Changing World Order**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2024.

MAGNUS, G. **Red Flags**: Why Xi's China Is in Jeopardy. New Haven: Yale University Press, 2018.

MALONEY, S. (ed.). **The Iranian Revolution at 40**. Washington: Brookings Institution Press, 2020.

MORADI, M.; BASTANI, P. "The Dual Use of Cryptocurrency and Gold in Iran's Financial Resilience Strategy". **International Journal of Financial Studies**, vol. 11, n. 3, 2023.

MORGENSTERN, M. **The New Cold War**: How the Contest Between the US, China and India Will Shape Our Next Decade. New York: Penguin Business, 2022.

NADIMI, F. **Iran's Evolving Military**: The Asymmetric Strategy and the Defense-Industrial Base. Washington: The Washington Institute for Near East Policy, 2020.

OSTOVAR, A. **Vanguard of the Imam**: Religion, Politics, and Iran's Revolutionary Guards. Oxford: Oxford University Press, 2016.

SABET, F. "Gold, Crypto, and the Islamic Republic: The Search for Financial Sovereignty". *In*: THRÉN, E. *et al*. (ed.). **The Iran Primer**: Economic Challenges and Adaptations. Washington: USIP Press, 2023.

SHARMAN, J. C. "The Despot's Guide to Wealth Management: How the World's Authoritarian Elites Launder Their Money and Hide Their Fortunes". *In*: SHARMAN, J. C. **Sanctions Evasion and the Market for Sovereignty**. Ithaca: Cornell University Press, 2022.

SIAVOSHANI, N. "Innovation in Isolation: The Growth and Contradictions of Iran's Tech Sector under Sanctions". **Journal of Middle Eastern Technology and Society**, vol. 8, n. 2, 2023.

SOLOMON, J.; FAUCON, B. “The Secret Banking Network Keeping Iran's Economy Afloat”. **The Wall Street Journal** [2019]. Disponível em: <www.wsj.com>. Acesso em: 20/03/2025.

THE CARREGIE ENDOWMENT FOR INTERNATIONAL PEACE. **Iran's Cryptocurrency Regulations**: Navigating Sanctions and Economic Survival. Washington: Carnegie Endowment, 2022. Disponível em: <www.carnegieendowment.org>. Acesso em: 21/03/2024.

UNITED STATES DISTRICT COURT. “Indictment: United States of America v. Network of Companies and Individuals for Conspiracy to Evade Iranian Sanctions. Case No. 1:22-cr-00500, 2022”. **United States District Court** [2022]. Disponível em: <https://us-arbitration.aoshearman.com>. Acesso em: 20/10/2023.

WEZEMAN, P. D.; WEZEMAN, S. T. “Arms Flows to Iran, 1960-2020: From the Shah to the ‘Resistance Economy’”. **SIPRI Fact Sheet, Stockholm** [2021]. Disponível em: <www.sipri.org>. Acesso em: 20/03/2025.

WORLD BANK. **The Iranian Economy under Sanctions**: Opportunities and Challenges. Washington: World Bank, 2021.

WORLD BANK. **Trade-Based Money Laundering**: Techniques and Regulatory Responses. Washington: World Bank, 2018.